

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

ANDRE LUIS MIKILITA MIRA

**PARA ALÉM DOS LIVROS: O USO DE FONTES HISTÓRICAS EM
SALA DE AULA NO ESTUDO DA ESCRAVIDÃO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

ANDRE LUIS MIKILITA MIRA



**PARA ALÉM DOS LIVROS: O USO DE FONTES HISTÓRICAS EM
SALA DE AULA NO ESTUDO DA ESCRAVIDÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^ª. Dra Ivone T. Carletto de Lima

MEDIANEIRA

2020



TERMO DE APROVAÇÃO

Para Além dos Livros: O Uso de Fontes Históricas em Sala de Aula no Estudo da
Escravidão.

Por

André Luís Mikilita Mira

Esta monografia foi apresentada às 10h10min do dia **26 de setembro de 2020** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^ª. Dra. Ivone Teresinha Carletto de Lima
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr. Ricardo dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. Me. Neron Alipio Cortes Berghauer
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso-.

RESUMO

MIRA, André Luís Mikilita. Para Além dos Livros: O Uso de Fontes Históricas em Sala de Aula no Estudo da Escravidão. 2020. 40 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

Este trabalho teve como temática a possibilidade de professores utilizarem fontes históricas em sala de aula. O emprego de tal recurso no ensino sobre a escravidão configura importante mecanismo no ponto de vista da didática, incentivando os alunos a desenvolverem capacidades reflexivas sobre a fonte e sobre o conteúdo estudado. Para tanto, foram pesquisadas diversas fontes primárias que reportam ao período escravista, em especial periódicos circulados no Paraná, bem como obras literárias produzidas no contexto da escravidão e que apresentavam os sujeitos escravizados como personagens. Além de apresentar o conceito de fonte histórica, o trabalho também traz exemplos que podem ser utilizados pelos professores. O objetivo da pesquisa é analisar a viabilidade da utilização destes materiais e compreender de que forma pode contribuir com ensino da disciplina e a formação do estudante.

Palavras-chave: Escravidão. Fontes Históricas. Metodologia de Ensino. Jornais. Literatura.

ABSTRACT

MIRA, André Luís Mikilita. *Beyond Books: The Use of Historical Sources in Classroom in the Study of Slavery*. 2020. 40 páginas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

This work had as thematic about the possibility for teaches to use historical sources in the classroom. The use of a resource in the teaching the thematic of slavery constitutes an important mechanism from the point of view of didactics, encouraging students to develop reflective skills about the source and the content studied. For this purpose, several primary sources were researched that refer to the slavery period, especially periodicals circulated in Paraná, as well as literary works produced in the context of slavery and that presented the enslaved people as main characters. In addition to presenting the concept of historical source, the work also brings examples that can be used by teachers. The research expects to analyze the feasibility of using these materials and understand how they can contribute to the teaching of the discipline and the development of the student.

Keywords: slavery; historical sources; teaching methodology; newspapers; literature.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	8
3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	10
3.1 FONTES HISTÓRICAS	10
3.1.1 As Fontes no Estudo da Escravidão	12
3.2 A UTILIZAÇÃO DAS FONTES HISTÓRICAS EM SALA DE AULA NO ENSINO DA ESCRAVIDÃO	13
3.2.1 Fontes de Jornal.....	15
3.2.1.2 Análise dos Jornais e Exposição em Sala de Aula.....	18
3.3 FONTES NA LITERATURA.....	23
3.3.1 A Escrava Isaura	23
3.3.2 Úrsula	26
3.3.3 Análise das obras e exposição em sala de aula.....	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Para os estudantes que cursam a graduação em História, as fontes históricas acabam fazendo parte de seu cotidiano acadêmico. Já para os alunos de ensino fundamental e médio, os quais estudam a História como apenas mais uma disciplina entre tantas outras, os vestígios que fundamentam o estudo do passado não

Atualmente, a incorporação de fontes de pesquisa histórica nas salas de aula é um método de ensino que muitos professores de História de ensino fundamental e médio vêm adotando. A utilização de documentos do próprio período que está sendo lecionado contribui para o desenvolvimento das aulas, permitindo com que os alunos tenham um contato com a história que ultrapassa a mera leitura de livros e apostilas.

Esta aproximação entre alunos e fontes históricas em sala de aula é costumeiramente realizada quando a escola oferece métodos de interação, seja através de disponibilização de imagens, passeios culturais, visitas a museus. Em ocasiões como estas, os alunos conseguem observar objetos e obras relacionadas ao período ou ao evento que estão estudando nas aulas de História, sendo possível realizar a correlação entre estes itens e a matéria. Outra possibilidade, e é a que se pretende discutir no presente trabalho, é a do professor trazer documentos, registros, pinturas, enfim, diversos tipos de fontes para a sala de aula.

Além da função de ilustrar e contextualizar o conteúdo didático, o emprego de fontes também permite novas possibilidades na metodologia de ensino e que auxiliam o desenvolvimento dos alunos. Por intermédio de um prévio trabalho de pesquisa realizado pelo professor, os estudantes podem ter acesso e compreender o modo como os documentos ou as obras trazidas em sala de aula foram produzidas. Incentiva-se, portanto, a discussão, o questionamento e a problematização acerca das fontes apresentadas;

Ao trabalharem em sala de aula os registros oficiais acerca de temas como a escravidão, os professores acabam desenvolvendo um senso crítico dos alunos que talvez não fosse possível atingir através de aulas convencionais acompanhadas somente do material didático.

Em seu livro “História e ensino de História”, Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2007) tecem alguns comentários sobre o ensino da escravidão nas escolas, afirmando existir um reducionismo na produção historiográfica sobre o tema, e

elencando que nos textos didáticos utilizados em colégios, inexistia uma abordagem detalhada sobre os negros escravizados, limitando-se a explorar a sua situação como “coisa” ou objeto, e não como personagens de sua própria história. É neste momento que a utilização de fontes em sala de aula se revela importante e coincide com o objetivo do presente trabalho.

Pretende-se compreender o contexto de produção das fontes, elucidando aos alunos de que maneira o conhecimento histórico sobre o tema da escravidão foi produzido. Com isso, espera-se desenvolver as capacidades de compreensão, problematização e interpretação dos alunos, permitindo com que seja possível analisar as características do período escravista reveladas nas fontes estudadas, incorporando-as ao conteúdo exposto nas aulas.

Com a pesquisa de diversas fontes primárias que reportam ao período escravista, em especial os periódicos que circularam na Província do Paraná e duas obras literárias produzidas no contexto da escravidão, apresenta-se uma proposta de aplicação metodológica em sala de aula.

Com a inclusão das fontes históricas no estudo da escravidão, espera-se que a figura do escravo costumeiramente retratada no material didático seja revista, passando-se a compreender os escravizados como sujeitos dotados de caráter, sentimentos e ideais.

Além disso, objetiva-se analisar a viabilidade da utilização destes materiais e identificar de que forma essa metodologia sugerida pode contribuir com o ensino da disciplina e a formação do estudante.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para realizar o presente estudo, foi necessário subdividir o procedimento de pesquisa em três fases distintas, prévias à etapa de redação do trabalho. São elas: a busca pelas fontes primárias relacionadas à escravidão; a pesquisa bibliográfica; e a análise das fontes em conjunto com o material escrito para definir a viabilidade da utilização dos documentos históricos em sala de aula.

A pesquisa de fontes se iniciou pela consulta em acervos digitalizados que possuem material relacionado ao período escravista na Província do Paraná. Para este trabalho, foram utilizados dois tipos de documentos: correspondências oficiais datadas do século XIX e que faziam menção expressa aos escravos; e jornais do mesmo período, os quais relatavam fatos relacionados à população escrava.

Vale destacar que, até pouco tempo atrás, o acesso à referida documentação era limitado e de difícil obtenção, uma vez que cabia ao pesquisador a tarefa de se dirigir às sedes físicas de arquivos públicos e bibliotecas para efetuar a consulta. Atualmente, os acervos históricos vêm sendo digitalizados e disponibilizados na internet, como é o caso das fontes utilizadas na presente pesquisa, encontradas nos websites do Arquivo Público do Paraná e da Hemeroteca Digital.

De igual forma, os livros utilizados como fontes históricas na presente pesquisa também se encontram disponibilizados na internet em razão de entrarem na lista de domínio público. Todos os exemplos de literatura utilizados na pesquisa, inclusive, são datados do século XIX e ganharam edições digitais que podem ser acessadas facilmente na internet.

Superada a primeira fase de busca por fontes, passou-se então à pesquisa bibliográfica. Essa metodologia consiste na revisão da literatura existente sobre os principais autores que já se debruçaram sobre a área de estudo, possibilitando com que o pesquisador analise e discuta as várias contribuições científicas (BOCCATO, 2006). Nesta etapa foi necessário realizar a consulta em diversos livros, artigos, teses e dissertações relacionadas à escravidão e à educação.

Em relação às pesquisas relacionadas à escravidão e aos temas que podem ser abordados em sala de aula mediante a apresentação de fontes aos alunos, obras de autores que se aprofundaram na área foram amplamente consultadas.

No tocante à área educacional, foram consultados diversos autores para o fim de iniciar as discussões quanto ao desenvolvimento de atividades reflexivas com os alunos enquanto sujeitos formadores de opiniões.

Além da consulta bibliográfica nas áreas da História e da Educação, também foram pesquisados artigos e periódicos em que outros pesquisadores estudaram a utilização de fontes nas salas de aulas, permitindo a criação e a renovação de discussões sobre o tema.

Por fim, passou-se à terceira fase da pesquisa, a qual compreendeu a análise das fontes em conjunto com a bibliografia consultada. Neste momento, foi necessário realizar o exercício de relacionar o material do passado com os métodos de ensino usualmente utilizados no ensino da escravidão em sala de aula.

Com a análise em conjunto das fontes e dos textos, foi possível propor novas possibilidades e exemplos de trabalho no ensino da escravidão, de modo a permitir o contato dos alunos com os registros históricos e possibilitar ao professor a oportunidade de contextualizá-los em suas aulas.

3. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 FONTES HISTÓRICAS

As fontes históricas constituem vestígios do passado, os quais, devidamente interpretados pelos profissionais competentes, passam a indicar determinados fatos, comportamentos, e situações do período em que foram produzidos. Segundo Carla Bassanezi Pinsky (2005), as fontes são o material utilizado pelos historiadores e pesquisadores para, a partir de abordagens específicas, métodos e técnicas, tecerem seus discursos históricos.

Charles Seignobos, historiador francês, em um manual escrito em 1901, registrou a famosa frase: “sem documento não há história”. Essa vinculação da narrativa histórica ao registro escrito do passado era o método natural de produção de conhecimento historiográfico.

Posteriormente, a máxima foi contraposta pelo movimento de historiadores que ficou conhecido como “Escola dos Annales”, iniciado no ano de 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. O movimento, que a longo de suas gerações futuras também contou com nomes importantes da área, como Fernand Braudel, Jacques Le Goff e Pierre Nora, se opôs à história tradicional e positivista do século XIX. Conforme a corrente, o documento histórico se trata de vestígio e não fala por si, sendo necessário que o historiador o problematize e o questione. Trata-se da história-problema.

Segundo Selva Guimarães Fonseca (2003), os documentos sugerem inúmeras questões e possibilidades de diálogos constitutivos do processo de leitura e reconstrução permanente da história.

A partir do momento em que os historiadores passaram a enxergar as fontes com a visão “problematizadora”, os trabalhos produzidos também permitiram a expansão na possibilidade de tipos de fontes. Segundo Correia, o movimento dos Annales contribuiu significativamente definir que qualquer vestígio de determinado tempo pode ser considerado fonte histórica.

Conforme Le Goff (2003), Lucien Febvre afirmava que a história se faz com documentos, quando estes existem. Já em situações em que não se pode contar

com fontes documentais escritas, cabe ao historiador buscar outros tipos de fontes para o fim de fundamentar suas pesquisas. Na ausência de fontes, cabe ao historiador produzir o seu próprio mel de maneira diversa.

No passado, o acesso a documentos oficiais trazia a falsa ideia de verdade absoluta quanto aos fatos pesquisados. Após o desenvolvimento das metodologias que se iniciaram com os Annales, a fonte escrita produzida por entidades oficiais representa apenas mais um entre tantas outras possibilidades. Conforme Clarice Garcia Barbosa (2018), ao contrário do trabalho que era exercido anteriormente pelos historiadores que visavam narrar os fatos da maneira como teriam ocorrido, hoje, além dessa premissa, determinados profissionais possuem a incumbência de também interrogar minuciosamente os vestígios para questionar o passado.

A fonte documental, que era a regra e possuía grande valor ganhou novas possibilidades. Historiadores passaram a se debruçar sobre cartas, correspondências, jornais, processos judiciais, testamentos, literatura, entre outros. Era o início do que Le Goff chamaria de “revolução documental”. Nas palavras do historiador:

A história Nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. (LE GOFF, 2001, p. 28-29)

Com isso, as possibilidades de fontes se expandiram para além dos documentos. A pesquisa passou a se desenvolver a partir de relatos, imagens, gravações, músicas, filmes, objetos, enfim, qualquer coisa que represente vestígios de determinada temporalidade.

Atualmente, vários registros de fontes se encontram disponibilizados em formato digital, o que facilita a pesquisa e o trabalho do historiador. Segundo Daiana Silva Barbosa, os arquivos continuaram sendo a morada das, contudo, é inegável a importância dos computadores e da internet. É possível acessar acervos do Brasil e de países diversos, em banco de dados que recobrem vastos períodos históricos, tornando a pesquisa, acessível, prática e rápida.

Na presente pesquisa, embora as fontes utilizadas possuam caráter documental (jornais e literatura), cabe destacar que ambas se encontram

disponibilizadas na internet. Tanto os periódicos da província do Paraná como a literatura analisada, fontes datadas do século XIX, foram consultadas por meio eletrônico.

3.1.1 As Fontes no Estudo da Escravidão

Com base no exposto no tópico anterior, verifica-se que o elastecimento das possibilidades de fontes permitiu com que os historiadores realizassem novos olhares sobre o que o material já existente e que até então desprezado. Essa nova metodologia, por certo, também foi adotada nas pesquisas realizadas sobre a escravidão.

Segundo Correia (2012), a importância da cultura, e, em especial, do trabalho afro-brasileiro na formação da sociedade brasileira começou a ganhar grande destaque a partir da conhecida obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, de 1933. Nesta pesquisa, utilizou fontes e técnicas que não eram comuns para o período. Conforme será abordado adiante, Freyre foi um dos primeiros pesquisadores a utilizar jornais para estudar os relatos de fugas dos escravos.

Embora tenha atribuído aos negros um papel importante na história, Freyre foi alvo de muitas críticas em razão de seu posicionamento acerca da miscigenação como ferramenta de desenvolvimento mútuo entre escravos e senhores, e da suposta existência de relações sociais pacíficas entre os sujeitos. O autor acabou por suavizar os traços violentos da escravidão.

Nas décadas de 1960 e 1970 os historiadores iniciaram um processo de revisão no tema de escravidão, questionando as relações supostamente tranquilas entre senhores e escravos, denunciando a realidade violenta vivenciada pelos cativos. Segundo Simone Calil Ramos Campos (2009), nesse período, as temáticas relacionadas à escravidão foram amplamente estudadas por historiadores e sociólogos. Enquanto os primeiros buscavam identificar e analisar a violência da instituição escravista, os segundos estudavam os vestígios para compreender a intolerância e a discriminação racial.

Conforme Campos (2009), a partir da década de 1980, as orientações teóricas no estudo da escravidão foram influenciadas pela Nova História Cultural e

pela História Cultural Inglesa. O fato de a abolição ter completado o seu centenário também incentivou a formulação de novos pensamentos sobre a escravidão dentro da área da pesquisa e da produção de conhecimento. Com isso, a visão vitimizadora e que concedia aos escravos o status de “coisa” foi se afastando para dar lugar ao tratamento dos cativos como sendo sujeitos sociais ativos e agentes históricos. Como representantes desta nova visão historiográfica no estudo da escravidão, podemos citar João José Reis, Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara, Robert Slenes, Lília Schwarcz, entre outros.

Quanto ao confronto das fontes que deve ser realizado pelos historiadores, válido destacar o que Lara (2008) afirma. Segundo a autora, não se deve buscar apenas o conteúdo, mas também de que forma foi produzido, por qual motivo foi produzido, de que maneira o material teria circulado, e como teria sido guardado ao longo dos anos. Ao considerar todos estes componentes, ampliam-se as possibilidades de conhecer e compreender as ações humanas.

Atualmente, os pesquisadores da área da escravidão fundamentam suas pesquisas em diversos tipos de fontes históricas, sejam elas escritas, orais, iconográficas, entre outras. O elastecimento de possibilidades justifica a produção de um maior conhecimento histórico, criando-se diversos discursos e interpretações acerca dos acontecimentos do passado.

3.2 A UTILIZAÇÃO DAS FONTES HISTÓRICAS EM SALA DE AULA NO ENSINO DA ESCRAVIDÃO

Conforme apresentado no tópico anterior, com a ampliação do conceito de fontes históricas, vários materiais, sejam eles escritos ou não, passaram a servir como base e fundamentação de pesquisas. A própria história, que antes era vista como uma sucessão de fatos e acontecimentos, passou a ser reconhecida como fruto de diversos discursos e representações. No ensino escolar, os avanços da historiografia também influenciaram as metodologias adotadas pelos professores em sala de aula.

Segundo Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner (2008), o ensino da História no ambiente escolar deve possibilitar aos estudantes abordar a historicidade de suas

determinações socioculturais, de modo com que consigam compreender a si mesmos como agentes históricos. A disciplina coloca os estudantes diante de representações que as gerações anteriores produziram, o que permite com que exerçam um senso crítico e reflexivo sobre o relato do passado e o modo como foi construído.

Não se está afirmando que a escola deve formar historiadores, mas, sim, cidadãos capazes de pensar em sua própria sociedade, produzindo opiniões, discursos e ideias sobre o presente. Pereira e Seffner (2008) citam que um dos objetivos da disciplina é justamente capacitar os alunos a olhar para o seu presente, constatando as diferenças do passado, mas, ao mesmo tempo, enxergarem-se como produto dos conflitos de lutas e eventos ocorridos anteriormente.

A utilização de fontes históricas em sala de aula é uma das ferramentas para justamente possibilitar o desenvolvimento dos alunos, permitindo com que consigam exercer as reflexões necessárias. Segundo Flávia Eloisa Caimi (2008), o uso de tal material em sala exige determinados procedimentos metodológicos para que o aluno consiga compreender e interpretar as fontes. Além de servir como material de apoio visando ilustrar o conteúdo exposto, as fontes também devem ser trabalhadas para o fim de problematizar, desenvolver discussões, formular hipóteses, tecer críticas, entre outras capacidades.

Cabe destacar que o uso das fontes não deve decorrer de qualquer obrigatoriedade, ou ainda, necessidade de comprovação de fatos pelo professor de História. A fonte histórica é um registro de um indício sobre o passado, a qual permite a realização de discursos a partir de sua análise e estudo. Conforme alertam Pereira e Seffner (2008), sua utilização no ensino não deve decorrer de uma obrigação transcendental, mas, sim, de uma disposição teórica pedagógica adotada pelo professor.

O livro didático, por exemplo, é um produto do processo de edição, fabricação e comercialização. Conforme Circe Maria Fernandes Bittencourt (2009), na construção do livro didático interferem vários personagens, tais como editor, o autor, os técnicos especializados nos processos gráficos, e os ilustradores. O fato de seu conteúdo ser questionável, pode, muitas vezes, influenciar o professor a cogitar a utilização de fontes históricas para embasar suas aulas, tentando conceder ao conteúdo um caráter de veracidade. Não é esse, contudo, o objetivo do emprego das fontes no ensino.

Segundo Caimi (2018), os procedimentos que devem ser adotados no tratamento das fontes em sala de aula requerem competências específicas do professor e na organização de seu trabalho, citando em sua obra um documento intitulado “Parâmetros curriculares nacionais: história”, produzido pela Secretaria de Educação Fundamental, vinculada ao Ministério da Educação, no ano de 1998.

Segundo o texto (1998), após o professor apresentar o material, pode solicitar que os alunos manifestem suas primeiras impressões, instigando-os a confrontar as fontes com informações divergentes. Recomenda-se a pesquisa de informações sobre o documento em fontes externas, tais como contexto da obra, estilo e autoria, iniciando uma discussão acerca dos eventos históricos identificados no documento estudado. Nesse momento, devem ser constadas eventuais continuidades ou descontinuidades, de modo que o trabalho envolva observações, descrições, análises, pesquisas, relações e interpretações.

Janaína dos Santos Correia (2012) defende que o trabalho com as fontes permite aos alunos compreender a existência das múltiplas explicações históricas e das seleções realizadas por quem produziu os conhecimentos. Dessa forma, ao encararem as fontes, os estudantes desenvolvem os conceitos de “probabilidade”, “incerteza”, “função”, “causalidade”, “diferenças”, “incongruências”, entre outros.

O emprego das fontes históricas no ensino, portanto, deve servir para afastar o caráter de veracidade que a história tradicional concebia aos documentos, permitindo com que os alunos compreendam a complexidade da construção do conhecimento histórico, incentivando-os a exercitarem suas habilidades de reflexão.

3.2.1 Fontes de Jornal

O uso de jornais e periódicos como fonte e objeto de pesquisas históricas vem ocorrendo com certa frequência entre historiadores, cientistas sociais e demais estudiosos do ramo das ciências humanas nas últimas décadas. Com a preservação do material em arquivos públicos, museus, bibliotecas, centros de documentação, incluindo websites que o disponibilizam de maneira digital, sua utilização aumentou consideravelmente nos últimos anos.

Embora dotados de um reconhecimento praticamente pacificado da comunidade acadêmica enquanto importante fonte de pesquisas, os periódicos nem sempre foram considerados como unanimidade para escrever a história. Segundo Tânia Regina de Luca (2005), a utilização de jornais em trabalhos de pesquisa ainda era relativamente pequena na década de 1970, existindo uma certa reluta em razão da “história tradicional” questionar as características de veracidade dos periódicos.

Segundo Maria Helena Rolim Capelato (1988), existiam duas posturas distintas em relação à utilização do jornal como documento: a negação em razão do caráter suspeito de sua produção, e o enaltecimento como fonte supostamente representadora da verdade. A própria autora, contudo, defende que ambos os posicionamentos seriam contestáveis, uma vez que, ao mesmo tempo em que não se trata de material imparcial, a imprensa também constitui um relato histórico e social que permite compreender o movimento das ideias que o produziram.

Assim como os jornais, o próprio passado não é dotado de neutralidade. Todo documento ou vestígio utilizado como fonte de pesquisa histórica é o suporte da prática do ofício do historiador, o qual irá interpretá-lo de acordo com o seu contexto de produção, analisando não somente os fatos escritos, como também as motivações daquele conteúdo. Nesse sentido, as autoras Heloíse de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) resumem a prática do historiador nestes materiais:

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ & PEIXOTO. 2007, p. 258)

Esse entendimento quanto às características próprias da imprensa em seu contexto social de produção também deve ser observado quando o jornal é utilizado em sala de aula no ensino da História, como se propõe com o presente estudo. Segundo Hardalla Santos do Valle, Eduardo Arriada, e Lisiane Costa Claro (2011):

Logo, no uso de jornais e periódicos como fonte a ser utilizado no ensino de história, não podemos deixar de considerar o viés ideológico, presente ou na feitura do texto ou em sua leitura à época em que foi produzido. Por consequência, isso conduz à observação não só das peças textuais em si, mas também do momento histórico em que foram produzidas e, dado o volume das mesmas, impõe-se assim ao professor uma necessária e clara delimitação de cenários e tópicos envolvidos no desenvolvimento do processo. (VALLE; ARRIADA; CLARO, 2011. p. 68)

Relacionando a utilização de jornais com o estudo da escravidão, tema central do presente trabalho, cabe ressaltar o papel de Gilberto Freyre, um dos pioneiros na análise de periódicos para compreender o período escravista, em sua obra “Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros no séc. XIX”, datada de 1963. Em seu livro, Freyre trabalha com anúncios de fugas de escravos para o fim de realizar o que o próprio autor chama de “tentativa de interpretação antropológica” de características do escravismo.

Os jornais, portanto, configuram-se como fontes documentais de extrema importância para a pesquisa historiográfica. Além de representar fatos e dados obtidos à época de sua produção, também se consubstanciam em uma ferramenta capaz de ilustrar questões econômicas, culturais, sociais e políticas do contexto em que foram escritos.

3.2.1.1 O “Dezenove de Dezembro”

Em agosto de 1853, o Imperador D. Pedro II aprovou o projeto de emancipação política da então Quinta Comarca de São Paulo, elevando este território a categoria de “Província do Paraná”. A partir de então, com a posse de seu primeiro Presidente, Zacarias de Góes e Vasconcelos, a região passou a adotar a cidade de Curitiba como capital.

Dentre as primeiras atribuições do Presidente, definiu-se que deveria ser criada uma impressora, a qual atenderia às necessidades da administração quanto à publicação de seus atos oficiais. Para dar início a esse projeto, mudou-se para a recém-criada Província o tipógrafo Cândido Martins Lopes, vindo de Niterói no Rio de Janeiro, a convite do próprio Presidente.

Segundo Márcia Elisa de Campos Graf (1981), em seu livro “Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná”, antes da mencionada elevação do Paraná à categoria de Província, poucos jornais circulavam na região de Curitiba, sendo todos provenientes da imprensa de São Paulo. É o caso, por exemplo, do periódico “Paulista Oficial”, que era recebido pela Câmara Municipal de Curitiba.

Diante da missão de criar a imprensa paranaense, Cândido Lopes se instalou na Rua das Flores, no número 13, local em que começou a ser produzido o primeiro periódico da região, o “Dezenove de Dezembro”, cujo título homenageava a própria data de instauração da Província.

Suas edições podem ser consultadas por intermédio do website da Biblioteca Nacional, na seção “Hemeroteca Digital”, portal de periódicos digitalizados que inclui até mesmo os primeiros jornais criados no país. O “Dezenove de Dezembro” possui registros incorporados no sistema catalogados desde 1855, sua fundação, até a última edição, no ano de 1890.

3.2.1.2 Análise dos Jornais e Exposição em Sala de Aula

O “Dezenove de Dezembro” vem sendo muito explorado por pesquisadores, uma vez que o periódico representava o principal veículo de comunicação do século XIX, servindo tanto para interesses particulares como também como imprensa oficial da nova província. Diante de suas mais variadas seções e, portanto, assuntos, pode-se considerar o “Dezenove” como um verdadeiro repositório de fontes.

Em sua obra “O que leram os paranaenses n’o Dezenove de Dezembro/ (Imprensa periódica e ensino de história: Paraná – 1854/1864)”, a professora Silvia Cristina Martins de Souza (2015) descreve algumas formas de utilizar o “Dezenove de Dezembro” no ensino da História.

A diversidade de assuntos abordados no “Dezenove” foi percebida por Souza, tendo a pesquisadora delimitado quais seriam as seções contempladas em seu texto, além de levantar determinados questionamentos que necessariamente devem ser trazidos pelo professor em sala de aula:

Devido à extensão de assuntos que podem ser trabalhos no Dezenove de Dezembro, optamos por privilegiar apenas uma de suas seções – a de Anúncios. Nela, temas diversificados poderão ser explorados pelo professor que, simultaneamente, poderá levar os alunos a elaborarem reflexões de caráter mais teórico sobre conceitos chave em história como cultura, temporalidade, diversidade cultural e relações raciais, dentre outros.

(...)

Seria interessante, a esta altura, levantarmos algumas questões relevantes sobre o material a ser trabalhado. Esta documentação deve ser introduzida a partir de um determinado conteúdo programático como, por exemplo, a temática relativa ao período conhecido na história do Brasil como da Conciliação, já que a Província do Paraná e o Dezenove de Dezembro surgem exatamente neste contexto. Depois de apresentado e discutido o assunto em sala de aula, a partir do livro didático, o jornal deve ser introduzido como uma outra visão do assunto estudado.

Alguns caminhos podem ser trilhados para o estudo do jornal em sala de aula, dentre eles: quais os pontos que o aproximam ou o distanciam da versão do livro didático? Quem era o proprietário do jornal utilizado para esta atividade, qual sua inserção na sociedade em que viveu e qual a importância do periódico para esta sociedade? (SOUZA. 2015. p. 93)

Conforme anteriormente abordado, o próprio contexto de criação do jornal deve ser levado em consideração pelos leitores. No momento de apresentar o material aos alunos, o professor deve explorar a criação da Província do Paraná, destacando-se a separação do território paulista e a busca pela formação de uma identidade da região.

Neste aspecto, vale ressaltar que, embora o estudo da História do Paraná tenha se tornado obrigatório no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino a partir do ano de 2001, através da Lei Estadual nº 13.381, o que se verifica é que o tema não vem sendo introduzido pelos professores com a profundidade necessária. Muitos alunos, inclusive, deixam os bancos escolares sem saber que diversos fatos ocorridos no Paraná influenciaram acontecimentos de âmbito nacional.

Assim, em consonância com o que apresenta Souza em seu texto, verifica-se que a utilização de um jornal paranaense em uma aula de História, por si só, sem adentrar no conteúdo do folhetim, já possui relevância na formação dos alunos.

Mais adiante no excerto acima transcrito, cabe destacar as perguntas realizadas por Souza em seu texto, no sentido de ser necessário que o docente questione os alunos quanto à aproximação das informações lidas nos jornais e o

assunto tratado no material didático ou na aula expositiva. Ainda que os estudantes possuam acesso às fontes claras e específicas, cabe ao professor a tarefa de relacioná-las com o conteúdo trabalhado.

Tal qual o objetivo do presente trabalho, Souza comentou uma das possibilidades de utilização do “Dezenove” no estudo da escravidão no Paraná, senão vejamos:

Por tratar-se de uma cidade (como de resto ocorria com todas as outras cidades do Império), o controle do escravo era exercido em Curitiba sem a presença dos feitores (tradicionalmente presentes nas áreas rurais), mas nem por isto este controle era menos eficiente. Ao contrário, o estado (através da polícia) e a população livre da cidade transformavam-se nos olhos e ouvidos dos senhores quando seus escravos saíam pelas ruas a executar os serviços dos quais eram incumbidos.

Além do mais, quando estes escravos fugiam, não apenas os capitães do mato eram acionados, mas também a imprensa periódica, que servia para veicular os anúncios de fugas, contribuindo para que os escravos fossem capturados e entregues aos seus senhores o mais rápido possível.

Os jornais de todas as cidades e capitais do império publicavam, em profusão, anúncios de compra, venda, aluguel e fugas de escravos, e o Dezenove de Dezembro não foi uma exceção naquele contexto, até porque tais anúncios eram responsáveis por uma parte significativa da receita dos jornais, de maneira geral. (SOUZA, 2015. p. 105)

A historiadora trabalha com as condições do controle de escravos no século XIX, enfatizando o caráter particular do periódico paranaense e o interesse dos senhores em recuperar os cativos que haviam fugido de seus domínios. Para tanto, elenca exemplos de anúncios veiculados no jornal, os quais podem ser explorados pelos alunos em sala de aula para compreender o instituto da escravidão e o nível de sujeição dos cativos às ordens de seus senhores.

Regiane Maneira também trabalhou com os anúncios de escravos no “Dezenove de Dezembro”, tendo escolhido como recorte temporal o ano de 1854 para escrever seu artigo “Anúncios de escravos no jornal O Dezenove de Dezembro (Curitiba – 1854) e suas possibilidades de pesquisa”.

Maneira (2014) constatou a existência de diversos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos, sugerindo que estariam relacionados ao tráfico interprovincial, em especial referente à movimentação de cativos do Paraná para as

fazendas de café no Sudeste. Além disso, a autora elucida questão relevante e que deve ser utilizada como exemplo em sala de aula no sentido de que os anúncios de escravos se encontravam na mesma coluna do jornal em que eram anunciados objetos à venda, trazendo à tona a discussão sobre o modo como eram tratados os sujeitos escravizados.

Quanto aos anúncios veiculados sobre as fugas dos escravos no “Dezenove”, Maneira (2014) enfatiza que os escravos eram retratados incluindo-se suas características físicas, tais como idade, estatura, vestuário, sinais no corpo, habilidades profissionais, o local em que provavelmente poderiam ser encontrados, entre outras.

Além dos exemplos citados, foram localizados outros trechos do “Dezenove de Dezembro” que retratam características da escravidão e que também podem ser apresentados aos alunos, mediante a devida exposição do tema e do conteúdo por parte do docente.

Como se sabe, o período escravista é marcado pela violência com a população negra, sendo os castigos físicos parte do cotidiano na vida dos escravos. Em muitos materiais didáticos é possível encontrar imagens que retratam as agressões sofridas por escravos por seus senhores, o que sugere ao aluno leitor que ocorriam situações de palmadas, confinamento nas senzalas, utilização de grilhões, entre outras punições.

Contudo, é neste momento que o professor de história deve ir além do mero comentário acerca dos castigos que inicialmente parecem particulares e restritos à relação senhorial, devendo explorar a escravidão enquanto instituição do próprio Estado, revelando características das punições que muitas vezes são omitidas em livros didáticos.

É nesta situação em que o docente deve exemplificar as fugas, as revoltas e os atos de rebeldia dos escravos, de modo com que o aluno consiga compreender os castigos não como fatos principais e relevantes acerca do período, mas, sim, como consequências da resistência negra.

Em relação às fugas dos escravos, cabe ao professor discutir com os alunos os movimentos negros, a formação dos quilombos e, principalmente, o papel do negro e a sua contribuição para a abolição da escravatura. Na edição nº 00026, de 23 de setembro de 1954, verifica-se a existência de anúncio referente à fuga do escravo Sebastião, de estatura regular, “reforçado do corpo”, barba cerrada e fala

grossa. O fugitivo teria desaparecido quando se dirigia à cidade de Curitiba juntamente com uma tropa. Quem conseguisse localizá-lo, deveria comunicar próprio senhor, ou à redação do “Dezenove”.

Além de editais referentes às fugas, podemos citar alguns trechos em que o “Dezenove de Dezembro” trouxe notícias relacionadas a escravos condenados pela Justiça em razão de terem atentado contra os seus senhores, em claros atos de resistência. Com isso, além de explorar os castigos corporais comumente retratados em materiais didáticos, o professor pode comentar e exemplificar o tratamento que a própria Justiça do século XIX concedia aos escravos. Vejamos alguns exemplos retirados do jornal.

Na edição nº 00014, de 04 e julho de 1855, foi veiculado um comunicado ao Chefe de Polícia para que o escravo Ignacio, condenado à pena de morte pelo júri da Vila da Faxina, fosse transferido à província de São Paulo.

Na edição nº 00007, de 24 de abril de 1858, o jornal noticiou que no dia 22 do mesmo mês, o preso Joaquim Chaves de Almeida, condenado à morte, tentou evadir-se da cadeia da capital. Para isso, procurou abrir um buraco na grade de uma janela, sendo auxiliado pelo soldado Generoso José de Andrade, que estava de guarda no local. A tentativa somente não foi bem-sucedida em razão de que Andrade foi detido pelo soldado José Pedro, o qual deu um “brado de alarme” e impediu maiores consequências.

Na edição nº 00272, de 14 de novembro de 1860, comunicou-se ao Juiz Municipal da capital que o Imperador havia comutado em galés perpétuas a pena de morte a que inicialmente fora condenado o réu Antônio, escravo, por ter assassinado Lauriano Bueno.

Estas menções existentes no jornal revelam a figura do negro como um sujeito ativo e não simplesmente um ser escravizado que atendia às ordens de senhores e de autoridades. Nos trechos acima, inclusive, é possível perceber que os escravos se revoltavam contra os senhores e aproveitavam vários momentos para tentar se evadir, como em comitivas, ou até mesmo da própria cadeia.

Nesse contexto, pode e deve o professor trabalhar com questões referentes à cultura negra e aos movimentos negros atuais, considerando em suas reflexões o passado vivenciado pelos escravizados e o preconceito herdado com o passar do tempo.

3.3 FONTES NA LITERATURA

Segundo Selva Guimarães Fonseca (2003), a utilização de documentos em procedimentos metodológicos propicia o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A utilização de fontes, como é o caso da literatura, tende a disseminar entre os alunos a prática da pesquisa, do debate, e da formação do pensamento crítico.

Alves (2012) defende que a literatura serve de matéria prima para o historiador, tratando-se de impressão da vida, dos valores, anseios e sentimentos humanos. É uma forma de representação de uma realidade vivenciada ou, ao menos, imaginada no período em que a obra analisada fora escrita.

Em relação ao enquadramento da literatura brasileira como fonte histórica, Correia (2012) afirma se tratar de instrumento privilegiado para compreender o passado. Segundo a autora, o texto literário requer determinados questionamentos para ser utilizado como fontes, tais como: Quem é o autor? Qual o seu público? A quem se destina a obra? Em que momento histórico foi criado? Qual a importância desta obra atualmente?

Diante desses apontamentos, foram selecionadas duas importantes obras produzidas no século XIX, as quais retratam traços e características da escravidão. Posteriormente, serão apresentadas propostas para a utilização do material em sala de aula, de modo a contribuir com a formação dos alunos e permitir a realização de atividades interdisciplinares, uma vez que envolve tanto a disciplina de História como a de Literatura.

3.3.1 A Escrava Isaura

Publicada no ano de 1875 e escrita por Bernardo Guimarães, a obra “A Escrava Isaura” constituiu um verdadeiro marco na literatura nacional. Seu lançamento ocorre justamente em plena campanha pela abolição da escravatura, a qual somente viria a ocorrer de maneira oficial em treze anos.

O romance se passa nos anos de 1840 e possui como um dos principais cenários uma fazenda no município de Campos dos Goitacases, no Rio de Janeiro, de propriedade do Comendador Almeida. Nesse local somos apresentados à protagonista Isaura, escrava de pele branca e origem mestiça, sendo filha de pai branco (Miguel, feitor) e mãe negra (Juliana, escrava).

Após a morte de sua mãe, Isaura foi criada pela esposa do Comendador, a qual “considerou aquela tenra e formosa cria como um mimo, que o céu lhe enviava para consolá-la das angústias e dissabores, que tragava em consequência dos torpes desmandos de seu devasso marido”.

Embora permanecesse escrava, Isaura foi criada como se fosse filha da esposa do Comendador. Aprendeu a ler, escrever, cozinhar e a rezar. Mais tarde ainda teve aulas de música, dança, italiano, francês e desenho.

Com o passar dos anos, o Comendador entregou ao seu filho Leôncio toda a administração e usufruto da fazenda, englobando-se toda a escravatura e os acessórios nela existentes. Leôncio, que era casado com Malvina, se mudaram para a fazenda, local em que ainda se encontravam Isaura e a esposa do Comendador.

Segundo Guimarães, Isaura acabou por se tornar a fiel companheira e amiga da Malvina, a qual inclusive questionava a sogra sobre a possibilidade de libertar a escrava. A esposa do Comendador, muito embora, possuísse o interesse conceder a liberdade à Isaura, acabou não o fazendo, até o momento em que fora fulminada por um ataque de paralisia geral e morreu.

Ainda que Malvina tenha jurado proteger Isaura sob o cadáver de sua sogra, o que ocorreu foi que a protagonista continuou a ser escrava, não mais de uma boa e virtuosa senhora, mas de Leôncio, um senhor devasso e cruel. Este, inclusive, passou a prestar mais atenção na beleza de Isaura e desejá-la.

Miguel, o pai de Isaura, conseguiu reunir a quantia necessária e determinada pelo Comendador para libertar sua filha. Leôncio, contudo, não cumpriu com a promessa do pai, utilizando-se de falso luto pela sua morte.

Em razão da negativa de Leôncio, Miguel decide fugir com sua filha para o Recife. Lá, os dois passam a viver uma nova vida no bairro de Santo Antônio, a começar por seus próprios nomes, passando a se chamar por Elvira e Anselmo.

Em certa ocasião, Isaura/Elvira conhece seu grande amor, Álvaro, jovem de origem rica, mas que reconhecidamente possuía ódio a todos os privilégios e distinções sociais. Era um verdadeiro abolicionista.

A grande reviravolta ocorre durante um baile. Isaura, que por ser branca não levantava qualquer suspeita quanto à sua condição como escrava perante os terceiros que ali se encontravam, vem a ser descoberta. Sendo ela uma escrava fugida, acaba retornando à fazenda e aos domínios de Leôncio.

Para o fim de castigar Isaura, Leôncio condiciona sua liberdade a um casamento arranjado com Belchior, jardineiro retratado no livro como sendo “disforme” e até mesmo “idiota”. Embora Isaura abominasse a ideia, acabou aceitando o matrimônio imposto por Leôncio.

O romance então chega ao seu final quando Álvaro surge momentos antes da cerimônia, informando a todos que Leôncio, em verdade, estava falido. Assim, acabou adquirindo suas dívidas e passou a ser o dono de todas as propriedades do antagonista, incluindo a própria escrava Isaura. O último ato do livro é o ato de suicídio cometido por Leôncio com um tiro de pistola.

Embora escrita em um período próximo à abolição da escravatura e representar determinadas passagens que revelam as condições dos cativos perante a sociedade no século XIX, vale ressaltar que “Isaura” não é uma obra abolicionista e idealista.

Conforme Heitor Martins (1996), a obra de Bernardo Guimarães “arianiza” a personagem negra, de modo que o drama desenvolvido não é o regime escravocrata que vigorava na década de quarenta, mas, sim o sofrimento de uma negra que se passa por branca (e sempre teve tratamento de branca), ameaçada de ser submetida à sua real condição legal.

Alves (2012), nessa mesma linha, sugere que o vilão da história não era a escravidão, mas a intemperança sexual de Leôncio, tendo o sistema escravista terminado o romance tão intacto como estava quando começou. Caso Bernardo Guimarães tivesse retratado as injustiças do sistema, a obra não teria feito sucesso e atingido o público escravocrata do século XIX.

Ainda assim, mesmo não sendo a real intenção de seu autor, a obra *Escrava Isaura* revela fatos importantes acerca da escravidão, servindo de fonte para ser utilizada no estudo desse período, conforme se verá no final do presente capítulo.

O romance também ganhou adaptações para a televisão. A primeira versão, exibida entre os anos de 1976 e 1977, foi produzida pela Globo e contou com a autoria de Gilberto Braga. A segunda, mais extensa do que a primeira, foi exibida

entre os anos de 2004 e 2005, produzida pela TV Record, e escrita por Tiago Santos.

3.3.2 Úrsula

Não há como iniciar qualquer debate acerca do romance *Úrsula*, escrito por Maria Firmina dos Reis em 1859, sem transcrever os primeiros parágrafos do prólogo da obra, os quais contemplam o contexto histórico social de sua produção e a função representativa que o livro possui:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume.

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.

Da leitura do trecho acima, depreende-se que Reis elenca o que entendia ser suas características enquanto mulher, negra e de origem humilde. Segundo Eleuza Tavares (2007), em um contexto em que a sociedade dava como certa a suposta inferioridade da população negra e feminina, a autora conseguiu redigir um romance que tornava pública e notória a situação desta parte da população em meio ao período escravista no Brasil.

Como se verifica do excerto, Reis sabia de sua condição enquanto mulher em seu tempo e, por tal razão, editou sua obra sob a assinatura de “uma maranhense”. Este recurso, segundo Janaína dos Santos Correia (2012), era bastante utilizado no século XIX pelas mulheres que se aventuravam a escrever.

Conforme Mônica Saldanha Dalcol e Anselmo Peres Alós (2019), a narrativa presente em *Úrsula* caracteriza a “atitude política” da escritora, de modo que a ficção serve também como palco de denúncias em relação às injustiças vivenciadas pelas mulheres e pelos sujeitos escravizados.

No início da obra, somos apresentados ao personagem Tancredo, cidadão branco e de família rica, que se encontrava cavalgando em uma das províncias do Norte. Após sofrer um acidente em que o cavalo cai sobre o seu corpo, Tancredo é socorrido por Túlio, escravo que o leva para a fazenda da senhora Luíza B, mãe da personagem Úrsula.

Quando questionado por Tancredo sobre como poderia compensá-lo pelo auxílio prestado, Túlio revela o desejo de que os escravos que porventura cruzassem seu caminho a partir daquele momento fossem tratados com respeito.

Na fazenda, Luíza B e Úrsula decidem cuidar de Tancredo, o qual estava enfrentando delírios em razão de sua condição de saúde. Após a melhora em seu quadro, o jovem começa a contar sobre o seu passado. Inicia-se a fase narrativa da história que é contada por Tancredo.

Tancredo revela ter cursado Direito na cidade de São Paulo e, quando retornou à terra natal, conheceu Adelaide, seu primeiro amor. Seu pai, Comendador P, personagem de extrema importância para a obra, não aprovou o casamento entre os jovens, impondo que Tancredo fosse exercer seu ofício em outra localidade, concedendo-lhe, somente a partir desta condição, a permissão para se unir à Adelaide.

Em certo momento, quando Tancredo retorna à sua cidade, encontra uma carta deixada por sua mãe antes de morrer, a qual revela que Adelaide havia se casado com o seu próprio pai, o Comendador.

Após ouvir o relato de Tancredo, Luíza B inicia sua própria narrativa. A viúva conta desde sua enfermidade decorrente de paralisia, passando pelo fato de seu marido ter sido assassinado por seu próprio irmão, o Comendador Fernando, até chegar no amor que nutre por sua filha, Úrsula.

No período em que permanece na fazenda, Tancredo cria fortes laços de amizade com o escravo Túlio, além de se apaixonar por Úrsula, a qual o rapaz havia descoberto ser sua prima.

Na fazenda, somos apresentados à escrava Suzana, mãe adotiva de Túlio. A personagem, que é africana de nascença e foi traficada para o Brasil, ganha grande destaque ao narrar sua história. Em seu relato, Suzana narra sobre sua infância, sobre a aldeia em que nasceu, sobre o seu casamento e seus filhos, além de descrever o momento em que foi sequestrada e vitimada pelo tráfico negreiro internacional.

Após se recuperar, Tancredo viaja juntamente com Túlio e deixa Úrsula na fazenda. Em um certo momento, a personagem acaba encontrando um caçador na mata, o qual acaba descobrindo, posteriormente, se tratar de seu tio, o Comendador Fernando. O mesmo, inclusive, que havia sido o responsável por matar seu pai.

O Comendador acaba se apaixonando pela sobrinha e a pede em casamento. Neste momento, Luiza B vem a falecer, deixando Úrsula nas mãos do tio, amparada apenas pela escrava Suzana, uma vez que seu amado Tancredo ainda não havia retornado de viagem.

Quando o jovem aparece na fazenda e ouve as histórias narradas por Suzana e Túlio a respeito do Comendador, Tancredo decide levar Úrsula até um convento para protegê-la.

Após descobrir os planos de Tancredo, o Comendador se enfurece e decide torturar os escravos Suzana e Túlio para revelarem o local em que Úrsula se encontrava. O escravo, que tenta ajudar o amigo, acaba sendo assassinado antes de alertar o casal acerca da perseguição do Comendador. Neste momento, Tancredo inicia o confronto com o Comendador e acaba vindo a falecer.

O final da obra não traz um encerramento feliz para a protagonista e para o antagonista. Úrsula enlouquece com a perda do marido e falece. O Comendador sofre de remorsos, se interna em um convento, e depois se suicida.

Em que pese o enredo trazer como personagens principais o casal apaixonado, o grande ponto da obra de Reis é justamente trazer à tona a realidade, os sentimentos, a consciência, enfim, as características de pessoas que não possuíam espaço na sociedade, como é o caso dos escravos Túlio e Suzana.

Os autores Ângela Maria Rubel Fanini e João Carlos dos Passos (2020) descrevem o papel da obra de Reis enquanto instrumento de divulgação das vozes oprimidas:

O escravo doméstico, sobretudo, recebe tratamento literário, comparecendo com sua voz e agência social, refletindo sobre sua lida cotidiana em meio a ambientes hostis. Desse modo, podemos entender a literatura como importante documento de época em que as personagens representam vozes sociais concretas e históricas que nos contam um pouco de suas vidas no cativeiro e como resistem para aí sobreviver. (FANINI; PASSOS. p. 290)

Na mesma linha, Algemira Mendes (2008) explica a importância da obra de Maria Firmina dos Reis quanto à representatividade negra existente no livro:

Maria Firmina dos Reis, com essa obra, atribuiu ao negro a configuração até então negada: a de ser humano privilegiado, portador de sentimentos, memória e alma. Não coisas obsoletas, como a ideologia dos escravocratas os faziam acreditar, sempre subestimando a capacidade da raça africana. É aí que se concentra seu grande mérito e originalidade (MENDES, 2008. p.02).

O que se depreende é que, diferentemente da história de “Isaura”, de Guimarães, a obra de Reis retrata de maneira mais intensa a escravidão, concedendo a palavra aos próprios cativos. Por essa razão, muitos consideram Úrsula como o primeiro romance verdadeiramente abolicionista.

3.3.3 Análise das obras e exposição em sala de aula

Embora abordem o tema de maneira diversa, as duas obras anteriormente apresentadas possuem em seu âmago questões referentes à escravidão. Enquanto A Escrava Isaura traz uma protagonista nascida sob a condição de escravizada, e que enfrenta ao longo da obra várias situações relacionadas ao fato de ser considerada como propriedade pelo dono da fazenda, Úrsula apresenta os escravos ao longo da trama e, em que pese não figurarem no papel central do livro, possuem participações e narrativas próprias, muito importantes para o deslinde da história.

A grande diferença entre a obra de Guimarães e de Reis reside no discurso acerca da escravidão, o que pode também decorrer do ano e do contexto social em que foram produzidas. Úrsula foi escrita em 1859, pouco tempo depois da proibição do tráfico negreiro internacional ocorrida no Brasil, muito em razão da pressão política britânica. “Isaura” foi produzida em 1875, treze anos antes da abolição da escravatura, período em que as discussões entre escravocratas e abolicionistas eram constantes.

Correia (2012) apresenta uma proposta de trabalho em sala de aula com o romance Úrsula, afirmando que o período histórico em que a escritora se encontra inserida é fundamental para a análise no ambiente escolar. O fato de ter sido escrita

por uma autora mulher e negra em pleno período escravista deve ser explorado, fomentando discussões anteriores à própria análise do conteúdo da obra.

Além disso, Correia (2012) descreve que o tratamento concedido por Reis aos escravos em sua obra é um dos principais elementos do texto. A escrava Susana, mesmo sendo uma personagem secundária, ganha um capítulo inteiro para descrever sua vida antes de ser raptada e traficada para o Brasil. É nesse contexto que o professor deve abordar as questões que também defendemos previamente no trato com as fontes de jornal: os escravizados são sujeitos, produzem opiniões, possuem sentimentos, histórias. No caso retratado no livro, Susana possuía todo um passado de vivência na África, tendo a própria personagem explicado ao protagonista Tancredo o que era a liberdade que possuía até ser vítima do tráfico negreiro. Vejamos parte de seu discurso:

Vou contar-te o meu cativo. Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em abundância nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência parecia um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la... Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!... Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência

de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que nos escaldou e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades. Não sei ainda como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam. (REIS, 2018, p. 68-69)

Ao utilizar referido trecho da obra em sala de aula, compete ao professor contextualizar que a obra de Reis foi escrita no ano de 1859, menos de uma década após a proibição do tráfico de escravos para o Brasil. A Inglaterra havia implementado o projeto para que o comércio de escravos se tornasse uma atividade ilegal nos países europeus e nas colônias americanas, tendo firmado alguns tratados junto à coroa portuguesa e, posteriormente, com o Império recém proclamado do Brasil, para extinguir de maneira gradual o tráfico.

Depois de vários acordos descumpridos, em 7 de novembro de 1831, foi promulgada a primeira lei nacional sobre o tráfico, conhecida como Lei Feijó, em razão do apoio do Padre Diogo Antônio Feijó nas tratativas para que fosse aprovada. Segundo o primeiro de seus nove artigos, seriam livres todos os escravos que entrassem no Brasil a partir da data de sua promulgação. A lei de 1831, como se sabe, não fora rigidamente obedecida, tendo o Brasil recebido um grande número de escravos traficados de maneira ilegal. Somente em 1850 é que viria a ser promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiria de vez o tráfico de escravos.

A figura de Susana, portanto, personagem que provavelmente já estava há alguns anos em terras brasileiras e que comentava as terríveis experiências com o tráfico negreiro, representa o sentimento de revolta de Reis. É de supor que a escrava tenha sido alvo do tráfico ilegal, no período entre a Lei de 1831, que não havia sido eficaz, e a Lei de 1850, que extinguiria o tráfico.

Além de Susana, a figura de Túlio também deve ser ressaltada. Segundo Fanini e Passos (2020), o narrador, em terceira pessoa, usa um discurso indireto para reportar a fala das personagens, como é o caso de Túlio, que emite suas opiniões e desejos, realizando, inclusive, uma reflexão sobre a sua condição enquanto cativo. O que ocorre, conforme os autores, é que o narrador frequentemente interrompe as narrativas dos negros, denunciando a escravidão,

tutelando os discursos e servindo-se deles para expor o libelo abolicionista. O narrador, portanto, age como se fosse uma consciência moral e ética.

Vejamos um trecho em que Túlio se reconhece enquanto escravo inferior à Tancredo, tendo o protagonista imediatamente corrigido a fala, assumindo a função do narrador:

— A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! O escravo é tão infeliz!... Tão mesquinha e rasteira é a sua sorte, que... — Cala-te, oh! Pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio – interrompeu o jovem cavaleiro – dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante. Sim – prosseguiu – tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles que o não compreendem! Mas, Túlio, espera; porque Deus não desdenha aquele que ama ao seu próximo... E eu te auguro um melhor futuro. E te dedicaste por mim! Oh! Quanto me hás penhorado! Se eu te pudera compensar generosamente... Túlio – acrescentou após breve pausa – oh dize, dize, meu amigo, o que de mim exiges; porque toda a recompensa será mesquinha para tamanho serviço. (REIS, 2018, p. 68)

Muito embora Reis se enquadrasse como livre, exercesse a função de professora, e estivesse em uma condição completamente diferente em relação aos personagens de sua obra, o que se verifica é que a autora deixa evidente o posicionamento antiescravista, tornando a obra um instrumento de denúncia em forma de literatura.

Em relação à obra de Bernardo Guimarães, em que pese não possuir um discurso enfático contrário à escravidão, assim como a escrita por Maria Firmina dos Reis, verifica-se alguns trechos em que é mencionada a abolição. Este tema, por certo, pode ser abordado em sala de aula, sendo necessário, entretanto, que o docente substitua a protagonista do enfoque principal pelos verdadeiros abolicionistas.

Neste cenário, destacam-se determinados comentários realizados pelos personagens Álvaro e Dr. Geraldo, os quais se mostravam contrários ao regime da escravidão. Segundo Alves (2012), Guimarães teria incluído estes comentários nas

falas de maneira bem sutil, de modo que a abolição não fosse o ponto principal da obra, evitando-se assim afastar eventuais leitores escravocratas.

Álvaro, personagem assumidamente abolicionista, profere a seguinte fala:

- A escravidão em si mesma já é uma indignidade, uma úlcera hedionda na face da nação, que a tolera e protege. Por minha parte, nenhum motivo enxergo para levar a esse ponto o respeito por um preconceito absurdo, resultante de um abuso, que nos desonra aos olhos do mundo civilizado. Seja eu embora o primeiro a dar esse nobre exemplo, que talvez será imitado. Sirva ele ao menos de um protesto enérgico e solene contra uma bárbara e vergonhosa instituição. (GUIMARÃES, 2005, p. 110).

O par romântico de Isaura ainda demonstra o posicionamento contrário à escravidão antes mesmo de libertar a protagonista. Emancipou os escravos que havia herdado junto com a fazenda de seus pais, estabelecendo uma espécie de colônia para que os libertos trabalhassem e o indenizassem pelo uso da terra e pela própria emancipação.

O posicionamento de Dr. Geraldo quanto ao regime escravista pode ser visto na passagem em que o jurista conjectura se o Poder Público poderia intervir em uma relação privada, como é o caso da escravidão. Afirma ainda que a cessação de tais abusos somente poderia ocorrer se o regime se encerrasse, o que não parecia estar próximo de ocorrer:

- Não é tanto assim, meu caro Álvaro; esses excessos e abusos devem ser coibidos; mas como poderá a justiça ou o poder público devassar o interior do lar doméstico, e ingerir-se no governo da casa do cidadão? que abomináveis e hediondos mistérios, a que a escravidão dá lugar, não se passam por esses engenhos e fazendas, sem que, já não digo a justiça, mas nem mesmo os vizinhos, deles tenham conhecimento?... Enquanto houver escravidão, hão de se dar esses exemplos. Uma instituição má produz uma infinidade de abusos, que só poderão ser extintos cortando-se o mal pela raiz. (GUIMARÃES, 2005, p. 61).

Em que pese ter proferido a fala acima elencada, a qual sugere indícios de uma crítica ao regime, depreende-se que Dr. Geraldo não questiona o fato de que a lei concede segurança e proteção às relações privadas existentes entre escravos e senhores. Esse argumento, inclusive, não restou contrariado em nenhum momento da obra. O próprio final feliz do livro não decorre simplesmente da paixão que Álvaro

nutre por Isaura, mas, sim, de um ato formal e aceito pela legislação da época, consubstanciado na aquisição das dívidas de Leôncio e, por consequência, de suas propriedades.

As obras *Úrsula e A Escrava Isaura* são livros meramente exemplificativos que podem servir como fonte histórica para leitura e análise em sala de aula. Em qualquer documento literário que os professores possam trazer à disciplina de história, diferentes conteúdos relacionados à escravidão podem ser trabalhados, sempre incentivando os alunos a desenvolverem aptidões reflexivas quanto às discussões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos professores vêm adotado a prática de utilizar fontes históricas em suas aulas na disciplina de História, em especial no ensino médio. Esta metodologia não se trata de algo inédito ou de uma ideia revolucionária no campo do ensino. O objetivo do presente trabalho não se consubstancia na imposição do uso das fontes, mas, sim, de ilustrar modos de como apresentá-las aos alunos.

Buscou-se abordar os conceitos de fonte e o modo como os discursos históricos são produzidos. Além da própria importância no campo da historiografia, essa característica da pesquisa histórica precisa ser revelada aos alunos, incentivando com que questionem e discutam as informações e dados repassados nas aulas.

A proposta do presente trabalho se relaciona diretamente com o tema da escravidão. Contudo, é evidente que o emprego de fontes no ensino pode ser utilizado nas mais variadas temáticas da disciplina de História, servindo de grande auxílio para o professor e de importante ferramenta de desenvolvimento dos alunos.

Com a abordagem realizada no sentido de afastar a ideia de que as fontes no ensino serviriam para conceder ao conteúdo exposto a ideia de veracidade, buscou-se conceder ao material histórico uma relevância distinta. As fontes visam justamente incentivar o debate, o questionamento, a possibilidade de enxergar a história tradicional com outros olhos, tais como a de editores de jornais, ou de escritores do século XIX.

Utilizou-se como fontes no presente trabalho o jornal “Dezenove de Dezembro”, o qual possui relevância por ser o primeiro periódico oficialmente paranaense, bem como duas obras de grande impacto que tratam o tema da escravidão: “Úrsula”, de Maria Firmina dos Reis”, e “A Escrava Isaura”, de Bernardo Guimarães.

Os jornais revelam traços do regime escravista e dos próprios sujeitos escravizados que poderiam não ser compreendidos pela simples leitura de um material didático. Além disso, servem para trabalhar com questões regionalizadas acerca do tema da escravidão, afastando-se a ideia de que o regime não teria ocorrido no Paraná, ou ainda, que de maneira branda. Verificou-se, inclusive, punições, condenações, e relatos de fugas de escravos.

A literatura, por sua vez, serve como embasamento para discutir questões inerentes ao período em que foram publicadas, à posição dos autores na sociedade, ao pensamento quanto à abolição, ao tráfico de escravos, entre outros temas. As obras trabalhadas possuem identidade quanto à temática, mas tratam o período escravista de diferentes óticas. Os diversos pensamentos à época devem ser levados em consideração na utilização de tais materiais em sala de aula, o que contribui muito para que os alunos exerçam suas atividades de reflexão.

Diante do exposto, tem-se que trabalho acabou por atingir os resultados de pesquisa esperados, esperando-se que o mesmo se torne uma possível referência aos pesquisadores e a pessoas que se interessem pelo ensino de História e pela temática da escravidão.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Marcos Francisco. **História e Literatura em diálogo: a escravidão em Bernardo Guimarães**. Revista de História Comparada, Volume 02. 2012.
- BARBOSA, Clarice Garcia. **Fontes Históricas: cotidiano e história por meio dos periódicos**. Revista Discente Ofícios de Clio, Pelotas, vol. 3, nº05 | julho – dezembro, 2018.
- BOCCATO, Vera Regina Casari. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/CEF, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CRUZ, H. & PEIXOTO, M. (2007). **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**, in: Projeto História, São Paulo, nº 35, 2007.
- DALCOL, Mônica Saldanha; ALOS, Anselmo Peres. **O mundo da vida e o mundo do texto em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 27, n. 1, e. 50550, 2019.
- Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 1854 a 1888. Disponibilizado em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 19/09/2020.
- FANINI, Angela Maria Rubel, PASSOS, João Carlos dos. **A importância da obra Úrsula de Maria Firmina dos Reis: um libelo contra a escravidão em forma de romance**. Cad. Gên. Tecnol. Tecnol., Curitiba, v. 13, n. 41 , p. 285-301, jun. 2020.
- FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. In: LE GOFF, Jacques. História e Memória: Tradução Bernardo Leitão. 5.ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963
- GRAF, Elisa de Campos. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Secretaria da Estado de cultura e esporte, 1981
- GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. Obra digitalizada. Ano original: 1875. Disponibilizado em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000057.pdf/>.

Acesso em 19/09/2020.

LARA, Silvia Hunold. **Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico**. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008

LE GOFF, Jaques. **A História Nova**. Tradução de Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MANEIRA, Regiane. **Anúncios de escravos no jornal O Dezenove de Dezembro (Curitiba – 1854) e suas possibilidades de pesquisa**, Revista Tempo, Espaço, Linguagem, V. 05 - N. 02 - Mai.-Ago. – 2014.

MENDES, Algemira. **Maria Firmina dos Reis: um marco na literatura afro-brasileira do século XIX**. XI Congresso Internacional da ABRALIC Têxtil, Interações, Convergências, 2008.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 13.381, de 18 de dezembro de 2001**.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula**. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Obra digitalizada. Ano original: 1859. In: *Úrsula e outras obras / Maria Firmina dos Reis*. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série prazer de ler; n. 11 e-book). Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/35999/ursula_obras_reis.pdf. Acesso em 19/09/2020.

SEIGNOBOS, Charles. **El método histórico aplicado a las ciencias sociales**. Madrid: Daniel Jorro, 1923. Versão Original: 1901.

SLENES, Robert W. **“Malungo Ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil**. Revista USP, São Paulo, v. 12, 1991-1992.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. **O que leram os paranaenses no Dezenove de Dezembro? Imprensa Periódica e Ensino de História: Paraná- 1854/1864**. In: *Paraná memórias, histórias locais e ensino de história: projeto contação de histórias do norte do Paraná (livro eletrônico)*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2015.

TAVARES, Eleuza Diana Almeida Tavares. **Literatura e História no romance feminino do Brasil no século XIX: Úrsula**. XII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Mulher e Literatura. Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural, 2007.